CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC

CEP 88.010-300

Fone: (48) 3251-6317

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 28/11/2019.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas e quinze minutos, no Auditório da ARESC – Rua Anita Garibaldi, Nº 79 - 12º andar - Centro – Florianópolis, reuniram-se os seguintes integrantes do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB: Fábio Ritzmann e João Henrique de S. Q. Pereira (SMHS/SMI); Telma de Oliveira Pitta (SMDU); Márcio Ishihara Furtado (SMO/SMI); Priscilla Valler dos Santos e Iara Réus Magalhães (SMS); Carlos André Pincelli (VISA); Marcos Roberto Leal (SMSP); Andreia Senna Soares Trennepohl (CASAN); Breno Pamplona (IPUF); Dilvo Vicente Tirloni (ACIF); Eugênio Luiz Gonçalves e João Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da Silva de Souza (UFECO); Djan Porrua de Freitas (ABES/SC); Odilon Fernandes Roman (CREA/SC); Pablo Heleno Sezerino e Flávio Rubens Lapolli (UFSC); Rodger Fernandes (SINTAEMA); Tatiana da Gama Cunha (Entidades relacionadas ao Saneamento Básico, à Maricultura e ao Meio Ambiente); Carlos B. Leite e Fabiana Valois Thiesen (SINDUSCON) totalizando dezessete (17) instituições do Conselho representadas na reunião. Estiveram também presentes na reunião: Juliano S. Sombrio, Marília D. Schmitz e Sara T. Camargo (DIRSAN/SMI); Claudinei J. Rodrigues (ICMBIO); Graciela Fernández (AMOSAD); Elisa Jorge (Gab. Vereador Lino Peres); Lino Peres (Frente Parlamentar de Saneamento/CMF); Gabriel Pessina e Alexandre Trevisan (CASAN); Ailson Antônio Coelho (Presidente da UFECO) e Paulina Korc (Secretária do COMSAB), somando um total de trinta e três (33) pessoas presentes. A Gerente de Saneamento/SMI **Sara T. Camargo** iniciou a reunião informando sobre a chegada tardia do Presidente do COMSAB por conta de compromisso com o Prefeito Municipal. Inicialmente agradeceu a presença de todos e anunciou o novo conselheiro representante do IPUF Breno Pamplona, dando-lhe as boas vindas. Na sequência, submeteu à homologação as justificativas de ausência dos conselheiros: Jeferson Melo (Gab. Prefeito); Cláudio Soares da Silveira e Guilherme Graciosa Pereira (FLORAM); Ulisses Laureano Bianchini e Jéssica Cândido Machado (COMCAP) e Aroldo João Costa (CREA/SC), as quais foram validadas. Dando prosseguimento à reunião, **Sara** colocou em apreciação a Ata da Reunião Ordinária de 31/10/2019, porém, como havia algumas complementações, os conselheiros propuseram que a mesma fosse reencaminhada a todos e apreciada na próxima reunião ordinária. De acordo com a pauta, foi realizada a leitura da Carta emitida pela Rede

Ambiental Comunitária do Rio Vermelho. Após a leitura, **Rodger** solicitou informações sobre esta Rede, ao que **João Henrique Pereira** esclareceu que a Carta foi elaborada em razão de um encontro realizado no Parque Estadual do Rio Vermelho que contou com a participação de diversas instituições e organizações da sociedade civil. **Sara** disse que diversas tecnologias de sistemas individuais de tratamento de esgoto ainda não estão regulamentadas. **Pablo** complementou dizendo que quando não está normatizada, a avaliação por parte dos órgãos municipais fica prejudicada, cabendo então ao empreendedor comprovar a eficiência atentando-se especialmente para o disposto na Resolução Comdema 01/2017. Salientou que a Conferência foi o espaço para ter sido discutido o assunto das tecnologias alternativas de tratamento. Em relação ao prazo questionado pela Rede, na avaliação da **Priscilla**, na revisão do Plano é possível pensar em prazos menores. Sugeriu ainda a inserção de ponto específico na revisão do Plano sobre o atendimento do Rio Vermelho. **Andréia** sugeriu que fosse solicitado à Câmara de Vereadores posicionamento sobre o encaminhamento que foi dado em audiência realizada na CMF quanto à decisão judicial que trata dos parâmetros mínimos de eficiência na região da Bacia da Lagoa. **Rodger** questionou se qualquer órgão pode encaminhar solicitações aos conselhos, ao que os conselheiros informaram que o Conselho é aberto às manifestações dos munícipes. Dando sequência à reunião, doravante sob a Presidência do **Engº. Fábio Ritzmann,** deu-se a apresentação do Estudo da Concepção geral do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Florianópolis. O engenheiro ambiental **João Henrique de S. Q. Pereira** discorreu sobre o documento, focando em especial no Volume V que se refere ao resumo do estudo realizado. Disse ainda que, a exemplo do envio aos membros do COMSAB, o documento foi remetido para algumas entidades técnicas para manifestação. Na sequência, foi aberta a palavra aos conselheiros. **Dilvo** se manifestou dizendo que no Estudo da Concepção Geral faltou o volume detalhando os investimentos. Na sua avaliação, a função do Conselho é verificar como a CASAN está realizando o que está previsto no Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMISB). “Nossa função é questionar os investimentos”, enfatizou **Dilvo**. Disse ainda que o Estudo não resolve os problemas da Cidade. Que os relatórios oficiais da CASAN não informam onde a CASAN está investindo seus recursos. Ao que **Fábio** salientou que os investimentos estão sendo realizados num valor de quatrocentos milhões de reais. A ansiedade é da conclusão das obras de

investimento. **Alexandre Trevisan** disse que os estudos realizados esbarram na disposição final do efluente. **Eugênio** salientou que o trabalho faz parte das metas antes de discutir o emissário submarino. Disse que o momento é de aprofundar o Estudo ora apresentado e disponibilizado. Quando se faz um estudo, disse **Eugênio**, precisa de um bom diagnóstico. A URA Beira Mar apresenta problemas. Após alguns questionamentos, disse que está na hora de reunir as forças políticas. Enfatizou que não tem certeza se o emissário é a melhor alternativa. Disse também que cinco quilômetros (5 Km) não são suficientes. Na oportunidade, sugeriu que o Estudo fosse encaminhado à UFECO, à colônia de pescadores constituída por duzentos pescadores, às Frentes Parlamentares de Saneamento e Meio Ambiente. **Claudinei** se pronunciou salientando que o Estudo foi uma oportunidade ímpar para a cidade. Disse que houve entrave entre os órgãos e, por isso, o processo da ETE Rio Tavares se arrastou por vários anos e a CASAN perdeu recursos para este sistema. Com o Estudo da Concepção Geral do Sistema de Esgotamento Sanitário houve avanços nas discussões e acordos entre os órgãos participantes. **Claudinei** salientou que compreende a angústia do Eugênio. Na sua avaliação, o sistema de disposição em solo precisa de mais estudos. Enfatizou que o Conselho de Saneamento é o fórum para a discussão do sistema mais viável a ser implantado. Disse ainda que o Conselho precisa se apropriar do Estudo e, se avaliar necessário, solicitar outros estudos. **Pablo** se manifestou dizendo que existem diferentes sistemas de esgoto. O Estudo mostra que não haverá um único modelo. No Município há os semicentralizados. Para o sistema descentralizado o investimento é do proprietário, cabendo ao Município a fiscalização. **Pablo** destacou a importância do diagnóstico, que é a fotografia do momento. O Programa Se Liga na Rede pode apresentar algumas informações. Porém, para viabilizar esta demanda há necessidade de técnicos. Lamentou que houve concurso público e os gestores não viabilizaram nenhuma vaga para o setor de saneamento, apontado como proposição na Conferência de Saneamento. **Andréia** disse que o estudo da projeção populacional está sendo finalizado. O Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMISB) está com o estudo populacional desatualizado. Disse ainda que as LAOs estão em dia. Em relação à qualidade de água e tratamento de esgoto, a ARESC faz a fiscalização. A CASAN encaminha periodicamente as análises para Vigilância Sanitária. Em relação ao Estudo, **Andréia** falou sobre a ansiedade de que o mesmo seja concluído. Em relação ao questionamento do

Gabriel, Eugênio questionou os três últimos relatórios de 2018 os quais não atendem as metas. **Fábio** salientou a necessidade de que as informações proferidas sejam fidedignas. **Eugênio** disse que não constam as metas de esgotamento sanitário e água. Em relação ao emissário, **Gabriel** informou que em Ipanema, onde fez estudos, o emissário não apresentava problemas e não impacta na balneabilidade da praia. A distância apresentada não oferece riscos. O Vereador **Lino Peres** se manifestou historiando seu envolvimento com o saneamento básico no Município. Salientou que houve avanços, mas a Prefeitura precisa assumir o seu papel. Disse ainda que a Frente Parlamentar de Saneamento promoverá oficinas para que os munícipes tirem suas dúvidas, tenham clareza dos impactos e dos investimentos. O ponto central é a transparência, destacou. Disse ainda que criou-se polêmica em relação ao lançamento de esgoto no Sul da Ilha. **Carlos Leite** endossou as palavras do Vereador. **Lino** finalizou sua fala salientando que a ETE Rio Tavares é um problema sério. **Alexandre** informou que os estudos pioneiros iniciaram em 2008. Disse que houve autorizações para lançamento nos cursos d'água. Os recursos hídricos não suportam o lançamento dos efluentes tratados. Em relação à questão hídrica, **Eugênio** disse que esta demanda precisa ser assumida pelo Município. **Leal** salientou que a Prefeitura precisa acompanhar o plano de contingência da CASAN. **Eugênio** solicitou que o Estudo deveria ser encaminhado à Frente Parlamentar de Saneamento e Meio Ambiente, bem como à UFECO. **Fábio** destacou que o Estudo está aberto para técnicos. Na oportunidade, disse que não há necessidade de encaminhar às entidades que tem acento no Conselho de Saneamento. **Claudinei** disse que o Conselho de Saneamento é o lugar de discussão do Estudo e, se houver dúvidas, a comissão está aberta para esclarecimentos. **Alexandre** salientou que se as comunidades pretendem se manifestar, é importante que procurem a comissão que elaborou o Estudo. Disse ainda que é preciso pensar coletivamente na construção do sistema. Atualmente há muitas correntes, concluiu. **Eugênio** disse que é preciso quebrar o distanciamento entre usuário, concessionária e Município, possibilitando o engajamento da população. Nada mais havendo a tratar a reunião, Fábio Ritzmann encerrou a reunião e nós, João Henrique de S. Q. Pereira e Paulina Korc, redigimos a presente ata.

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC
CEP 88.010-300
Fone: (48) 3251-6317
E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DIA: 28 de novembro de 2019
HORA: 14h00min às 16h00min
LOCAL: Auditório da ARESC – Rua Anita Garibaldi, n.79 – 12º andar – Centro - Florianópolis/SC.

ENTIDADE	NOME	ASSINATURA
Superintendência de Saneamento e Habitação/SMI	T: Fábio Ritzmann - **PRESIDENTE**	
	S: João Henrique de S. Q. Pereira	
Gabinete do Prefeito	T: Tânia Maas dos Anjos	
	S: Jeferson Melo	Justificou ausência
FLORAM	T: Cláudio Soares da Silveira	Justificou ausência
	S: Guilherme Graciosa Pereira	Justificou ausência
Procuradoria Geral do Município	T: Elton Rosa Martinovsky	
	S: Norton Makowiecky	
SMDU	T: Telma de Oliveira Pitta	
	S: Kamila Mendonça de Lima	
Superintendência de Obras/SMI	T: Ricardo Miguel Voss	
	S: Marcio Ishihara Furtado	
Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	T: Rosely Rosana Ferrari Dallabona	
	S: Rudnei do Amaral	
Sec. Municipal do Continente	T: Edson Lemos	
	S: Flávio G. dos Santos Filho	
Sec. Municipal de Saúde	T: Priscilla Valler dos Santos	
	S: Iara Réus Magalhães	
Vigilância Sanitária	T: Carlos André Pincelli	
	S: Cristiane Quimelli Snoijer	
Secretaria Municipal de Segurança Pública	T: Marcos Roberto Leal	
	S: Alexandre João Vieira	
CASAN	T: Pery Fernando Fornari Filho	
	S: Andreia Senna Soares Trennepohl	
COMCAP	T: Ulisses Laureano Bianchini	Justificou ausência
	S: Jéssica Cândido Machado	Justificou ausência
IPUF	T: Breno Vilhalba Pamplona	
	S: Daniela Otto	
Ass. Comercial, Industrial e Logista de Florianópolis – ACIF:	T: Dilvo Vicente Tirloni	
	S: André Luiz Montagna da Rosa	

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC
CEP 88.010-300
Fone: (48) 3251-6317
E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DIA: 28 de novembro de 2019
HORA: 14h00min às 16h00min
LOCAL: Auditório da ARESC – Rua Anita Garibaldi, n.79 – 12º andar – Centro - Florianópolis/SC.

ENTIDADE	NOME	ASSINATURA
Ass. de Moradores e Entidades Comunitárias	T: Eugênio Luiz Gonçalves	
	S: João Henrique Mertem Peixoto	
UFECO	T: Albertina da Silva de Souza	
	S: Sulimar Vargas Alves	
ABES/SC	T: Fernanda Maria de Felix Vanhoni	
	S: Djan Porrua de Freitas	
CREA/SC	T: Odilon Fernandes Roman	
	S: Aroldo João Costa	Justificou ausência/ Viagem
UFSC	T: Pablo Heleno Sezerino	
	S: Flavio Rubens Lapolli	
SINTAEMA	T: Rodger Fernandes	
	S: Leonardo Lacerda da Silva	
Entidades relacionadas ao Saneamento Básico, à Maricultura e ao Meio Ambiente	T: Mariana Becker - ACESA	
	S: Tatiana da Gama Cunha - AMASI	
SINDUSCON	T: Carlos Berenhauser Leite	
	S: Fabiana Valois Thiesen	
PROCON Municipal	T: Marcel Vieira de Souza	
	S: Luiz Daniel Bento	

Outros Representantes

ENTIDADE	NOME	EMAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Secretária do COMSAB	Paulina Korc	-	-	
Gerente de Saneamento	Sara T. Camargo	-	-	
Diretor de Saneamento	Francisco José da Silva	-	-	
DIRSAN-PMF	JULIANO SCHEFLER ZOMANO	JULIANOSCHEFLER@hotmail.com	48 98807-4379	
DIRSAN-PMF	MARÍLIA D SCHMITZ	marilia.d.schmitz@gmail.com	48 99149526	
ICMBio	Claudia C. J. Robigo	meioambiente@icmbio.com		
AMOSAP	GRACIELA FERNÁNDEZ	graciela@graciela.com	48 98778057	
GAB. V. LINO FRENTE PARA MONTAR SANEAMENTO CMF	ELISA JORGE	elisajorge@gmail.com	98473043	

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC
CEP 88.010-300
Fone: (48) 3251-6317
E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

LISTA DE FREQUÊNCIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DIA: 28 de novembro de 2019
HORA: 14h00min às 16h00min
LOCAL: Auditório da ARESC – Rua Anita Garibaldi, n.79 – 12º andar – Centro - Florianópolis/SC.

Outros Representantes

ENTIDADE	NOME	EMAIL	TELEFONE	ASSINATURA
CASAN/GTSES	GABRIEL C. PESSINA	GLPESSINA@CASAN.COM.BR	99731044	
UFECO	Alson Antonio Coelho	alsonacoelho29@hotmail.com	98408883	
CASAN	[illegible]	[illegible]@casan.com.br	99969.1025	
LINO Peres	Flávio Peylom Simões	linofp@yahoo.com.br	98482897149	
	CHF			

120

Rua Tenente Silveira, nº 60 – 4º andar – Centro – Florianópolis/SC

CEP 88.010-300

Fone: (48) 3251-6317

E-mail: conselhomunicipaldesaneamento@gmail.com

Prezados integrantes do Conselho Municipal de Saneamento

A Rede Ambiental Comunitária que reune cidadãos e entidades do norte da Ilha, em especial, moradores do bairro do Rio Vermelho, realizou na Semana Nacional do Meio Ambiente a Roda de Conversa **Resíduos Humanos X Animais Marinhos,** no Parque Estadual do Rio Vermelho onde vários palestrantes e moradores do bairro abordaram o assunto do saneamento na região.

Considerando que a previsão da Casan é de implantar um sistema de coleta de esgoto na comunidade em 2028, as reflexões trazidas ao debate foram no sentido de discutir e compreender as possibilidades de descentralizar o tratamento, para que cada residência ou grupo de residências possa ter seu sistema de tratamento dos dejetos de forma segura, possibilitando o aproveitando das águas tratadas nos próprios espaços residenciais seja no quintal, jardim, pomar...

Existe uma determinação do Ministério Público para que a vigilância sanitária reconheça apenas um sistema de tratamento de esgoto unifamiliar em toda a Bacia da Lagoa, todavia existem tratamentos alternativos e ecológicos para os efluentes, os quais, conforme situação geomorfológica local e disponibilidade de área, podem ser implantados com acompanhamento caso a caso, podendo ser criadas modelagens adequadas a cada realidade.

A Resolução **001/2017**, após as devidas considerações, resolve e estabelece nos Artigos 1 ao Art 7, uma série de documentações e procedimentos necessários para o "empreendedor que optar por uma tecnologia de tratamento de esgoto sanitário que não contemple a ABNT", sendo que estes devem ser "apresentadas ao órgão licenciador ambiental: Floram, ou de saúde, ou vigilância Sanitária."

Considerando esta Resolução e a realidade atual, a comunidade expôs, nesta primeira Roda de Conversa, alguns pontos que dificultam o cumprimento de tais procedimentos. Ao final do evento, acordou-se solicitar ao Conselho de Saneamento da cidade, a possibilidade de inserir na pauta de discussões uma série de questões apontadas pelos moradores/profissionais neste primeiro evento. Vale lembrar, que ate 2028 teremos 8 anos pela frente para poder discutir exaustivamente as possibilidades para implementar projetos que estejam fora da ABNT, mas que sejam viáveis quanto a sua eficiência e fiscalização.

Contudo, precisamos de apoio e o Conselho e o primeiro passo para tal.

Foram expressos neste primeiro encontro da comunidade os seguintes pontos:

1) Conhecimento e estudo mais amplo das diferentes possibilidades de tratamento de efluentes descentralizado, quais praticas vem sendo adotadas e resultados; Que estes sejam mais discutidos entre diferentes atores da sociedade para estudo mais aprofundado que leve a ampliar o leque de opções dos tratamentos de efluentes;

2) Levar para o conselho, as barreiras quanto a burocracia para a implementação dos sistemas alternativos (conforme solicitado na Resolução 001/2007), pois dificulta sua regularização junto aos órgãos competentes e propostas viáveis que incentivem estes projetos.

- Como o Conselho poderia contribuir na busca de apoio para possibilidade de trabalhos técnicos/científicos que provem a eficácia e possa facilitar a mensuração dos resultados;

- Contribuir para que este assunto possa ser levado a um número maior de moradores que até 2028 possam conhecer melhor estas outras alternativas.

Também foi colocado uma questão importante. No caso especifico do Rio Vermelho, como o projeto esta previsto para 2028, até lá, há a previsão de pavimentação de inúmeras ruas e servidões, fica a pergunta se, daqui a oito anos, vão ter que abrir todas as vias novamente para passar a estrutura de saneamento. Portanto, ainda há tempo para discutirmos todas as possibilidades, e seus diferentes custos - benefícios, afim de que possamos implementar todas as possibilidades que forem tecnicamente viáveis e que representem menor impacto ambiental e menos custo de infraestrutura.

Solicitamos o apoio deste Conselho no sentido de construir e viabilizar a segurança jurídica para a implantação de um projeto de saneamento ambiental no Rio Vermelho e na Barra da Lagoa.

Agradecemos desde já certos que estamos no caminho para uma relação mais saudável e sustentável entre os ambientes naturais e construídos.

Contato com a Rede Ambiental Comunitária:

Karina Signori - 999549547

Integrante da Rede como moradora e como representante do Instituto Multicultural Crystal e da Casinha de Cultura Rio Vermelho